



ESTRATÉGIA REGIONAL DE **ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE**

DA

REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA

RESUMO
PORTUGUÊS

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região Autónoma da Madeira (resumo)

EDIÇÃO

Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia (SRE)
Unidade de Implementação da Estratégia de Estratégia Regional de Especialização Inteligente da RAM
(UIEREI-RAM)

COORDENAÇÃO GERAL

Rui Caldeira

APOIO JURÍDICO

Sara Relvas

EQUIPA TÉCNICA

Alberto Grilo
Ana Rola
Bruno Coelho
Clemente Aguiar
Eduarda Ramalho
Lúcio Quintal
Mário Rui Silva

DESIGN E PAGINAÇÃO

Gabinete de Imagem e Protocolo (GIP)

FOTOGRAFIAS

Pedro Tranquada

ISBN: 978-989-54106-3-7

PRODUÇÃO

Governo Regional da Madeira

DEPÓSITO LEGAL

Governo Regional da Madeira

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO	4
2	INTRODUÇÃO.....	5
3	DESAFIOS DO SISTEMA REGIONAL DA INOVAÇÃO.....	6
3.1	O CONTEXTO ECONÓMICO.....	6
3.2	VISÃO GLOBAL DO SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO	7
4	EREI 2021-2027 DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	8
4.1	DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS	8
4.1.1	Turismo	9
4.1.2	Recursos e Tecnologias do Mar	10
4.1.3	Tecnologias Digitais e Economia 4.0.....	10
4.1.4	Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade	11
4.1.5	Agricultura, Alimentação e Bioeconomia	12
4.1.6	Saúde e Bem-Estar	13
5	GOVERNAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	14
5.1	MODELO DE GOVERNAÇÃO	14
5.2	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	15

1 Apresentação

A nova Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) propõe para o quadro 2021-2027 um aumento significativo da despesa total de I&D no PIB da RAM, procurando capitalizar a experiência do Programa Quadro anterior da RIS3 (2014-2020).

Essa lógica de continuidade justifica-se pelo facto de a Região se ter destacado positivamente na dinâmica de transferência do conhecimento para a economia, registando um aumento de 16,3 pontos, entre 2011 e 2019.

Importa, na continuidade desse processo de transferência, ter em linha de conta os sobrecustos elevados decorrentes da insularidade e da ultraperiferia, a limitação demográfica na criação de massa crítica e o domínio do sector do Turismo na economia.

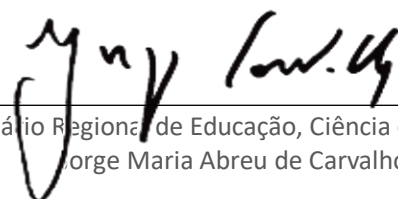
Afigura-se essencial, face a tais condições, viabilizar uma diversificação inteligente, com a criação de plataformas facilitadoras de práticas colaborativas e um aumento dos instrumentos de capitalização para as atividades de I&D+I.

Assim, a EREI 2021-2027 assenta numa lógica tridimensional que integra Ativos, Condições Empresariais e Dinâmica de Procura, garantindo concomitantemente uma articulação da Estratégia Regional com a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI).

Nesse quadro, a operacionalização da EREI proporá linhas de ação com planos e processos de descoberta empreendedora, bem como sistemas de monitorização permanentes que respeitem a combinação de políticas prevista nos programas de financiamento nacionais e europeus.

Em suma, o desafio da Especialização Inteligente exige harmonização da EREI com a ENEI, coerência com o Programa Operacional regional e diversificação inteligente das atividades de I&D, procurando gerar soluções de valor acrescentado.

Não faltará à EREI o incentivo público à sua implementação.



Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia
Jorge Maria Abreu de Carvalho

2 Introdução

A Estratégia Regional da Especialização Inteligente da Região Autónoma da Madeira (EREI RAM 2021-2027) resultou de uma análise detalhada do contexto económico da Região e do seu Sistema Regional de Inovação (SRI), e de uma avaliação pormenorizada das prioridades temáticas definidas para o período programático anterior (EREI RAM 2014-2020).

Este documento apresenta um resumo da Estratégia focando essencialmente os novos Domínios Estratégicos, o Modelo de Governação e o Sistema de Monitorização e Avaliação.

Para informações mais detalhadas deverá ser consultada a documentação oficial que se encontra disponível em:

<https://www.madeira.gov.pt/gsre/Estrutura/GSRE/ctl/Read/mid/10265/Informacaoid/147403/UnidadeOrganicaId/19> .

3 Desafios do Sistema Regional da Inovação

3.1 O contexto económico

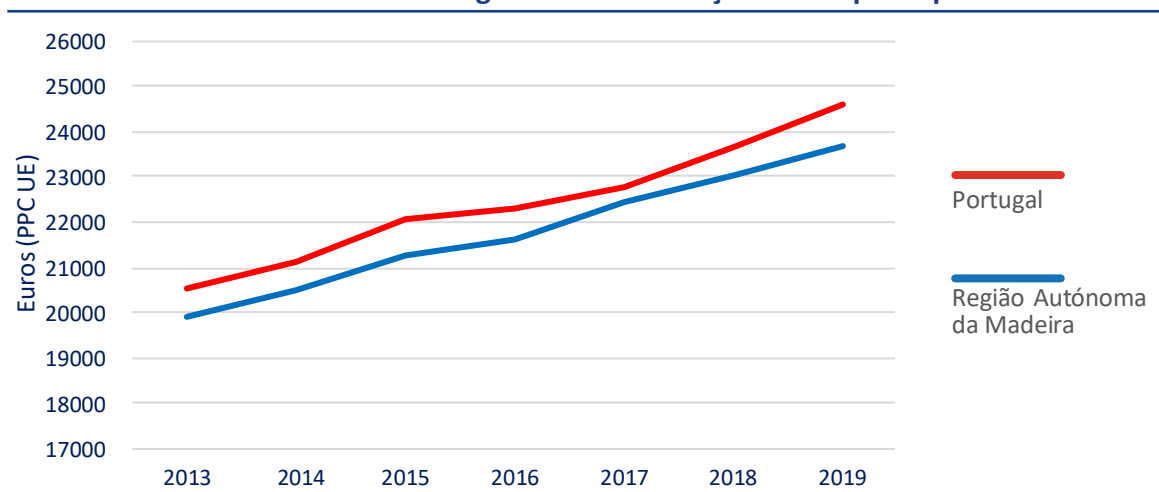
Tomando como referência temporal o período que vai de 2013 (último ano do período de programação QREN) até ao último ano com informação disponível, verifica-se um crescimento sustentado do PIB da Região Autónoma da Madeira, a partir de 2014, sensivelmente em linha com o verificado para o conjunto do país, ainda que com flutuações não totalmente sincronizadas (em 2017 a RAM cresce a um ritmo muito superior ao verificado no país, verificando-se o inverso em 2018 e 2019).

O PIB *per capita* em PPC (UE) da RAM atingiu os 24.266€, em 2019, o que compara com os 25.222€ para o verificado em Portugal, não se observando nem convergência nem divergência face a Portugal no período 2013-2019. No conjunto das regiões portuguesas, a RAM apresenta um PIB *per capita* próximo do de Portugal como um todo, estando na fronteira das regiões de convergência (isto é, com um PIB *per capita* muito próximo dos 75% da média da UE).

Com o eclodir da pandemia COVID 19, o PIB português registou uma acentuada descida em 2020 e uma retoma a partir do 2º trimestre de 2021. De acordo com o Boletim Económico de outubro de 2021 do Banco de Portugal, estima-se uma queda de -8,4 % em 2020 e uma previsão de +4,8% em 2021, em ambos os casos com valores inferiores aos da Área Euro (-6,5% e +5,0% respetivamente). Não estão ainda disponíveis dados a nível regional.

Tudo somado, a EREI da Madeira para 2021 - 2027 é definida num contexto de um forte desafio global quer para a RAM quer para Portugal visando a dinâmica de crescimento e de convergência a nível europeu.

Gráfico 3.1: Portugal e RAM – Evolução do PIB per capita



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

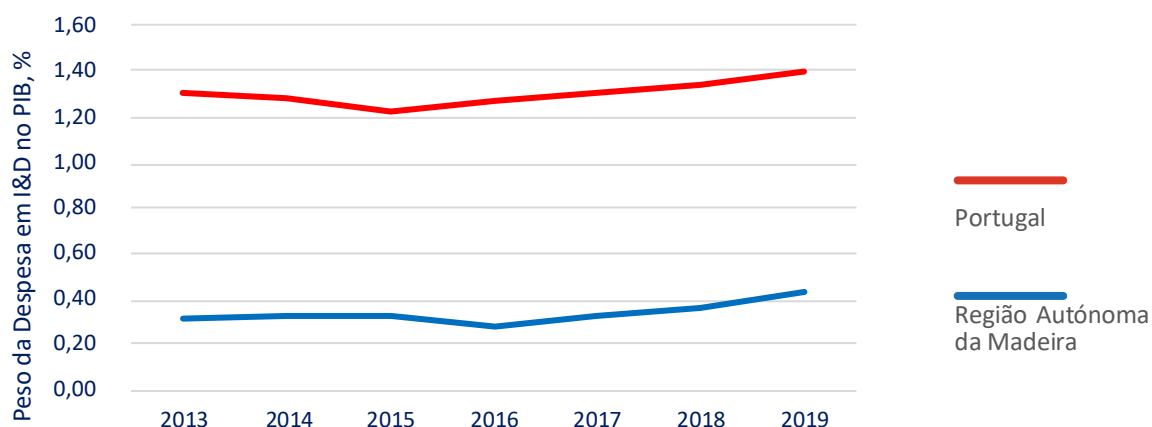
3.2 Visão Global do Sistema Regional de Inovação

Tomando como indicador habitual do esforço tecnológico próprio o peso da despesa total em I&D no PIB, a Região Autónoma da Madeira apresenta um valor ainda baixo (0,44% em 2019). No ano de 2019, o valor do referido indicador é um dos mais baixos no conjunto das 7 regiões portuguesas, estando próximo do verificado no Algarve (0,41%) e na RAA (0,30%) mas muito abaixo do verificado para Portugal (1,40%) ou para as regiões com sistemas de inovação mais consolidados (Norte: 1,53%; Centro: 1,36%; AML: 1,69%).

Não obstante, verifica-se uma evolução positiva entre 2013 e 2019, com um aumento de 0,10 p.p. neste indicador. Mesmo assim, esta evolução ficou aquém das metas constantes do PIDTI (Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da RAM) e do documento programático da EREI para o período 2014-2020. Neste último, considerava-se que "... a RAM deverá atingir valores de intensidade de IDT+I de cerca de 0,58% do PIB e de cerca de 700 pessoas envolvidas em atividades de I&D até 2020" (Madeira 2020, 2015, pg.10).

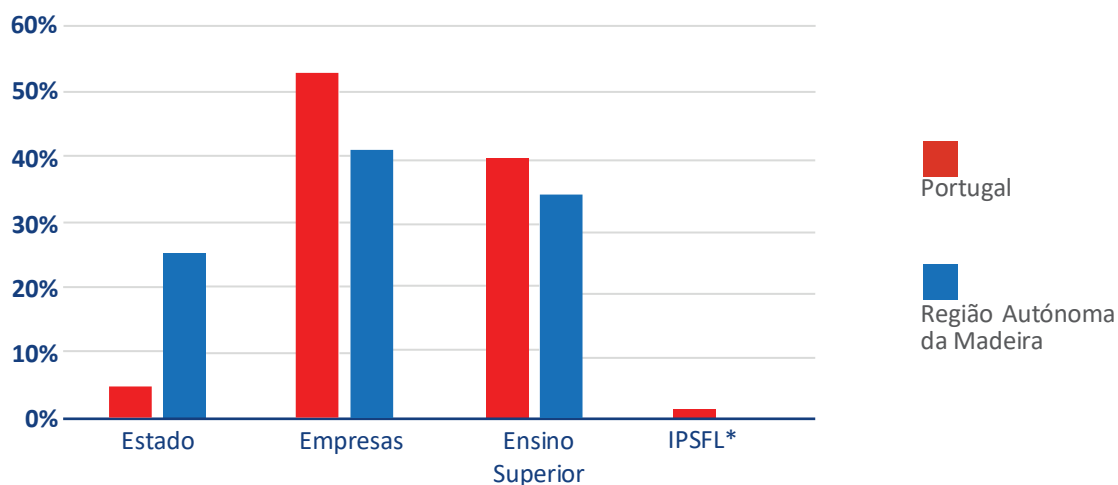
Em termos de setor de execução, a RAM observa um padrão algo específico no panorama nacional, sendo de longe a região em que o peso relativo do setor Estado é maior (24,5%, em 2019). Entre 2013 e 2019, uma evolução muito positiva a destacar prende-se com o aumento do peso absoluto e relativo do setor Empresas, passando de 3,8 M€ para 9,2 M€ e de 26,9% para 41,2% da I&D total no período referido.

Gráfico 3.2: Portugal e RAM – Evolução da Proporção da Despesa em I&D no PIB



Fonte: INE, DGEEC

Gráfico 3.3: Repartição da Despesa em I&D por setor institucional de execução



*Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte: DGEEC

4 EREI 2021-2027 da Região Autónoma da Madeira

A definição da EREI 2021-2027 para a RAM assenta centralmente no diagnóstico realizado sobre o Sistema Regional de Inovação e na capitalização da experiência passada, nomeadamente no que respeita à avaliação dos Domínios Prioritários da EREI 2014-2020.

Para além disso, a metodologia para a definição dos Domínios Prioritários seguiu um racional em que se considera, na lógica da especialização inteligente, um conjunto de critérios de 1.º nível agregados em 3 dimensões: “Ativos”, “Condições Empresariais” e “Dinâmicas da Procura”, acrescentando-se, com grande relevância, um critério de “Articulação com a Estratégia Regional” e um outro de “Articulação com a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI)”.

Desde já igualmente se equaciona a operacionalização dos Domínios Prioritários, considerando-se que a formulação inicial da EREI deve conter uma primeira especificação, por domínio, das oportunidades de atividades transformativas, das linhas de ação e do *policy mix*.

Toda esta informação faz parte do documento oficial da EREI RAM 2021-2027. Neste documento resumo apenas é feita uma breve apresentação de cada um dos Domínios Prioritário definidos.

4.1 Domínios Prioritários

Os domínios **Turismo e Recursos e Tecnologias do Mar** permanecem como domínios de especialização indiscutíveis, pelas razões que já constavam da fundamentação da sua eleição para a EREI 2014-2020, as quais foram agora atualizadas. Assinala-se que, nos Recursos e Tecnologias do Mar, o ecossistema de inovação reforçou-se no período 2014-2020, nomeadamente com a criação do Observatório Oceânico da Madeira.

O domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação caracterizou-se por verificar um elevado nível de realizações, nomeadamente com a atividade do antigo M-ITI, mas também com projetos de empreendedorismo apoiados pelo PO Madeira 14-20. Considera-se assim um domínio designado por **Tecnologias Digitais e Economia 4.0**, remetendo quer para o desenvolvimento e produção de tecnologias digitais quer para a sua aplicação num espetro alargado de setores (desde logo, Turismo e Mar, mas também Agricultura, Saúde, Mobilidade, Indústrias Criativas, etc).

Elege-se um domínio **Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade**, associado à sustentabilidade e à utilização eficiente dos recursos, englobando subdimensões tais como as da economia circular, das energias renováveis e utilização eficiente da energia, da mobilidade sustentável, da ação climática e da biodiversidade. Comparativamente aos domínios da EREI 2014-2020, este novo Domínio Prioritário acolhe o âmbito considerado na Energia, Mobilidade e Alterações Climáticas e na Bio-sustentabilidade e, parcialmente, na Sustentabilidade, Manutenção e Gestão de Infraestruturas (este último deixando de existir).

Um outro domínio retido é o da **Agricultura, Alimentação e Bioeconomia**, englobando o precedente domínio da Qualidade Agro-Alimentar e componentes que poderiam estar no anterior domínio da Bio-sustentabilidade.

Finalmente, em continuidade com o período anterior, considerando os investimentos públicos e privados realizados durante a vigência do EREI 2014-2020 e os entretanto previstos (nomeadamente a construção do novo hospital e a entrada em funcionamento de, pelo menos, mais uma unidade privada de cuidados de saúde), e ainda a forte aposta na instalação integral do Curso de Medicina na Universidade da Madeira, bem como a massa crítica e os resultados apresentados por este domínio no período referido, mantém-se e reforça-se a aposta no domínio **Saúde e Bem-Estar**.

Figura 4.1: EREI 2021-2027 – Domínios Prioritários e correspondência com a EREI 2014-2020



4.1.1 Turismo

A visão para este domínio prioritário deverá ter em consideração os desafios do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2030 - PDES Madeira 2030:

- Consolidar o posicionamento estratégico do "Destino Madeira", primeiramente na captação da procura internacional no pós-pandemia, estabelecendo a sua imagem de destino seguro e de qualidade e, em alinhamento com a capacidade de oferta e com as tendências de consumo dos mercados prioritários e de crescimento;
- Estimular o aumento do gasto turístico e o incremento da rentabilidade do setor ao longo da sua cadeia de valor;
- Promover a inovação, a qualificação dos recursos humanos e a sustentabilidade (económica, social e ambiental) dos empreendimentos turísticos;
- Contribuir para a preservação e valorização do património natural, paisagístico, histórico e cultural, como elementos diferenciadores e estruturantes do "Destino Madeira".

O Domínio Prioritário Turismo tem em vista o reforço da notoriedade da RAM enquanto destino turístico de referência, por via da valorização do capital simbólico que lhe está associado, de uma promoção mais eficaz e sofisticada, captando e fidelizando turistas nacionais e internacionais, e por via de uma oferta mais robusta, diversificada e qualificada. Almeja uma maior aposta na oferta e prática de atividades turísticas,

nomeadamente as ligadas ao Turismo de Natureza e ao Turismo Náutico, posicionando-os como produtos de excelência. Abrange a reabilitação das zonas turísticas principais, potenciando assim a prática de um Turismo Cultural diferenciado e permitindo uma deslocação de fluxos turísticos para este segmento, com consequências na redução da sazonalidade e da concentração geográfica da prática de turismo no Funchal. Este domínio recai igualmente sobre as Acessibilidades e Mobilidade através de uma gestão inteligente do território (*Smart Cities*), acompanhando as tendências europeias, visando atingir a meta da União Europeia da neutralidade climática até 2050. Abarca ainda o reforço da ligação entre o Turismo e o Bem-Estar. Tem também em conta a colaboração e concertação entre os diversos agentes de setor, desde os representantes de empreendimentos turísticos a operadores, agentes e animadores turísticos, bem como agências e instituições públicas e privadas. Pretende-se igualmente a qualificação de recursos humanos neste setor.

4.1.2 Recursos e Tecnologias do Mar

A delimitação deste domínio prioritário torna-se desafiante, desde logo pela transversalidade do tema Economia do Mar. No entanto, pode apontar-se para um conjunto de diferentes cadeias de valor que utilizam o Mar e os recursos marinhos como elementos centrais da sua atividade. Estas cadeias de valor exibem níveis de maturidade variados, estabelecem um nível de relacionamento distinto entre si e abrangem um leque muito diversificado de produtos e serviços, segundo processos muito distintos e recorrendo a um leque amplo de tecnologias e de competências.

Adotando o critério utilizado na Conta Satélite da Economia do Mar (CSM), as “Atividades Estabelecidas” englobam um conjunto de atividades maduras, nomeadamente a fileira do pescado, que compreende a pesca, aquacultura, conservação e transformação de pescado, a fileira dos transportes marítimos, portos e logística, as indústrias navais e o turismo (náutico e cruzeiros), as infraestruturas e obras marítimas. Além destas atividades maduras, a CSM define um conjunto de “Atividades Emergentes”, nomeadamente as energias renováveis marinhas, as biotecnologias marinhas e a mineração. Estas atividades emergentes beneficiam do desenvolvimento e da combinação de um conjunto de tecnologias (robótica submarina, sensores, blockchain, drones, comunicações, novos materiais, inteligência artificial, ...) aplicadas à valorização de recursos marinhos. São atividades ainda em fase de afirmação, que assentam, sobretudo, na ação de centros de IDT e de algumas empresas, maioritariamente start-up tecnológicas, com dificuldades em escalar os seus negócios.

Uma forma de, com base no acabado de referir, estruturar o domínio prioritário é ter em conta três fileiras:

- Recursos marinhos vivos (pescado e biotecnologias marinhas);
- Recursos marinhos não vivos (energias renováveis marinhas, mineração e tecnologias oceânicas); e
- Indústrias e serviços marítimos (indústrias navais, portos e transportes marítimos).

Com o Domínio Prioritário “Recursos e Tecnologias do Mar”, a RAM pretende reunir condições para consolidar e expandir a Cadeia de Valor da Economia Azul.

A aposta da RAM passa por políticas que contribuam para preservar a biodiversidade marinha (garantir a sua exploração sustentável) e aumentar o valor acrescentado da pesca. Passa também pela diversificação da base económica, por via do aumento da escala de produção de pescado em aquacultura, com impacto ambiental zero, da inovação no setor de transformação e conservação do pescado e da exploração biotecnológica de organismos marinhos vivos não tradicionais e o desenvolvimento de produtos e serviços de elevado grau tecnológico para mercados setoriais diversos. Passa ainda pela modernização dos portos na perspetiva de *smart ports* e pela requalificação da indústria naval. Finalmente, inclui a transformação da RAM num observatório de referência do estado ambiental do Oceano Atlântico e do mar profundo e o mapeamento e caracterização dos recursos minerais marinhos.

4.1.3 Tecnologias Digitais e Economia 4.0

Este Domínio Prioritário acomoda a aposta Europeia e Nacional na transformação digital, incluindo as transformações nas cadeias de valor e nos modelos de negócios das empresas, mas também o desenvolvimento das tecnologias digitais que permitem e potenciam este movimento de transformação.

Assume, por isso, um carácter transversal, uma vez que abarca setores ligados à produção e ao desenvolvimento das tecnologias (informática, eletrónica e comunicações, bem como tecnologias de produção com incorporação do digital) mas também tem incidência num largo espectro de setores utilizadores destacando-se, no caso da RAM, o turismo, a náutica e o mar, a mobilidade e o agroalimentar, mas também todos os serviços decariz social tais como a saúde e o ensino.

O âmbito do presente domínio prioritário engloba, assim, duas perspetivas:

- A das empresas utilizadoras finais, que corresponderá às ações que visem a transformação dos seus modelos de negócio e processos, quer na dimensão interna, quer na sua cadeia de valor externa, nomeadamente no seu relacionamento com clientes e fornecedores, através da adoção de soluções inovadoras baseadas em tecnologias digitais;
- A das empresas que desenvolvem e comercializam essas soluções inovadoras, que corresponderá às ações que visem a criação de novos produtos, processos ou serviços, que potenciem a transformação digital dos seus clientes, graças ao uso de tecnologias chave digitais. O âmbito pode vir a ser mais ambicioso e compreender a criação e consolidação de uma fileira de empresas dedicadas ao desenvolvimento de tecnologias chave digitais (de entre exemplos a *Big Data* e análise de dados, realidade aumentada, comunicações móveis, integração de sistemas e interoperabilidade, Inteligência artificial, redes sociais, tecnologias de nuvem, *data and edge computing*, *blockchain*, internet das coisas, cibersegurança, computação de alto desempenho, computação quântica, modelização e simulação, robótica e sistemas de automação, fabricação aditiva), procurando reter mais valor acrescentado na RAM.

O Domínio Prioritário “Tecnologias Digitais e Economia 4.0” tem, assim, por visão uma estratégia de intervenção transversal a todos os restantes domínios, visando reter na RAM uma parte significativa do impacto económico e social do processo de transformação digital em curso, nomeadamente através da criação de mais valor acrescentado, de mais emprego qualificado, mais capacidade de I&IDT, de mais empresas de base tecnológica, assim como reduzir a dependência tecnológica face ao exterior.

De realçar que o atual contexto pandémico veio acelerar o processo de transformação digital, nomeadamente por via do desenvolvimento de novos modelos de negócio, assentes na utilização combinada de tecnologias digitais, algumas já maduras e outras que estão a emergir em resultado de investimentos recentes em I&D.

Daqui decorre que este domínio prioritário pretende: a aceleração da transformação digital nas empresas dos setores utilizadores, tornando-as mais competitivas e mais próximas dos seus fornecedores e clientes; a adoção de KET digitais por parte das empresas fornecedoras de soluções tecnológicas, de modo a reforçarem e criarem novas ofertas; e a capacitação para a criação e desenvolvimento de uma fileira de tecnologias digitais.

4.1.4 Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade

Este Domínio Prioritário refere-se à sustentabilidade e à utilização eficiente dos recursos, incluindo subdimensões tais como as da economia circular, das energias renováveis e utilização eficiente da energia, da mobilidade sustentável, da ação climática e da biodiversidade.

No quadro deste Domínio, a RAM dispõe de instrumentos de planeamento setorial recentes e outros em fase de conclusão (Plano Integrado Estratégico de Transportes, Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, Agenda Regional para a Economia Circular, Estratégia CLIMA-Madeira, Energia Sustentável, Plano de Gestão de Resíduos) que identificam prioridades e medidas específicas de atuação, as quais devem ser tidas em consideração na EREI.

O Domínio Prioritário “Economia Circular, Transição Energética, Ação Climática e Biodiversidade” tem por visão a transição para um modelo mais sustentável, viável e equitativo em termos socioeconómicos, no qual a utilização dos recursos (naturais, técnicos e tecnológicos, energéticos e humanos) seja otimizada e a aplicação dos ativos existentes e potenciais (materiais, componentes, produtos, serviços, redes, sistemas e

conhecimento) sejam geridos de modo a preservar o seu valor, utilidade, eficiência e segurança pelo maior período de tempo possível, alinhando-se com o quadro de referência estratégico a nível nacional e europeu.

A concretização desta visão deverá assumir uma abordagem proativa visando a Transição Energética, as Alterações Climáticas e a Sustentabilidade, exigindo um conjunto de alterações no modelo de especialização produtiva que potencie condições adequadas para a circularidade, com incidência na boa gestão dos recursos naturais, na modernização e eficiência produtiva, na sustentabilidade dos materiais e do território e na eficiência e segurança energética.

4.1.5 Agricultura, Alimentação e Bioeconomia

O presente Domínio Temático engloba a atividade primária associada à agricultura e as atividades industriais alimentares (à exceção da indústria associada ao pescado), considerando as questões tecnológicas e ambientais relevantes.

O Domínio assenta, principalmente, em produtos agrícolas de cariz regional forte, produzidos com recursos agrícolas endógenos sendo que a RAM conta com cinco produtos com Denominação de Origem Protegida - a Anona da Madeira, a Batata-doce, a Cebola e o Vinho da Madeira - e três produtos com Indicação Geográfica Protegida - Poncha da Madeira, Sidra da Madeira e Rum da Madeira.

Para além de outros produtos com expressão neste Domínio Temático, é de sublinhar o reforço a que se tem assistido nas culturas de frutos subtropicais com perspetivas de mercado suprarregional, nomeadamente nos casos da anona, do abacate e do maracujá. Há, no entanto, a necessidade de aumento da produção de produtos regionais para o mercado local e abastecimento do sector turístico, como forma de aumento da sustentabilidade e segurança alimentar da Região. Também se tem assistido a uma certa diversificação da produção transformada, surgindo e desenvolvendo-se vários tipos de rum agrícola, vinho de mesa, compotas, licores, produtos lácteos e panificação e confeitaria.

Mas a RAM encerra ainda um grande potencial para valorizar outros produtos, aproveitando a oportunidade criada pelo potencial turístico da Região, bem como a consciência crescente em torno de uma alimentação saudável e segura. A este propósito, a “Agenda Temática de Investigação e Inovação em Agroalimentar, Floresta e Biodiversidade” (da FCT) refere que “o atual aumento de consciência do papel da alimentação na saúde e qualidade de vida tem estimulado a pesquisa de recursos genéticos de valor nutricional acrescentado, incluindo recursos nacionais endógenos e subexplorados, e incentivado a criação de novas soluções de alimentos funcionais com impacto positivo na saúde do consumidor”. O mesmo documento refere ainda que “é também importante promover uma alimentação mais saudável assente em produtos minimamente processados e, preferencialmente de origem nacional e regional, atendendo ainda à insegurança alimentar que afeta os setores mais vulneráveis da sociedade portuguesa” e a “importância da agrobiodiversidade e dos recursos genéticos para agricultura e alimentação e outros biorecursos subexplorados”.

Este domínio temático é ainda balizado pelo Pacto Ecológico Europeu (PEE), de acordo com o qual a União Europeia tem como objetivos reduzir a pegada ambiental e climática do sistema alimentar (produção primária e atividade transformadora), reforçar a sua resiliência (resistência), e assegurar a segurança da cadeia alimentar (sustentabilidade, “soberania”, segurança) face às alterações (globais) climáticas e à perda de biodiversidade.

Assim, o Domínio Prioritário “Agricultura, Alimentação e Bioeconomia” visa adaptar a agricultura e, a jusante, as indústrias agroalimentares, às alterações climáticas e às transformações decorrentes de uma procura cada vez mais exigente e ambientalmente consciente e elevar a capacidade de I&D nesse âmbito.

Visa o desenvolvimento de áreas inovadoras de elevado valor acrescentado, com a bioeconomia sustentável e circular, tendo por base os recursos regionais.

Almeja ainda atrair novos empreendedores, aumentar a qualificação dos ativos, atestar a qualidade distintiva das produções, melhorar as condições de acesso e de concorrência das mesmas nos mercados, bem assim como assegurar aos consumidores os maiores níveis de proteção e segurança alimentar, a par de produtos de excelência.

4.1.6 Saúde e Bem-Estar

A Saúde e Bem-Estar assumem um papel importante para o desenvolvimento económico da RAM, sendo que o surgimento da pandemia COVID 19 vincou o quão crítico este setor é para países e regiões, quer em termos de prevenção, serviços de saúde e terapias subjacentes, bem como em matéria de investigação.

Genericamente, e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Madeira – PDES 2030, os principais desafios que se colocam ao setor da saúde no horizonte 2030 remetem para a observância de um conjunto de pressupostos de gestão e prestação de serviços:

- Sustentabilidade (melhoria do modelo de afetação de recursos financeiros);
- Eficiência (melhoria dos processos internos de gestão e decisão e de planeamento e controlo, com especial relevância no contexto pandémico);
- Transparência e rigor na informação (planeamento e monitorização na área de sistemas e tecnologias de informação no âmbito dos sistemas de saúde);
- Qualidade e acesso (melhoria do acesso à prestação de cuidados de saúde, através do reforço dos processos progressivamente focados no Utente);
- Recursos Humanos (valorização da cultura e reforço das competências existentes e potenciando a partilha de conhecimento e o nível de satisfação dos colaboradores); e
- Saúde Digital (evolução para modelos que envolvam a componente das tecnologias digitais, maximizando os recursos).

O Domínio Prioritário Saúde e Bem-Estar visa, no essencial, aumentar a eficácia e eficiência com que o SESARAM presta os seus cuidados e, ao mesmo tempo, estimular a produção e oferta de bens e serviços (privados e públicos) relacionados com a cadeia de valor da saúde. Para tal, deve reforçar-se a ligação com o potencial científico que a Universidade da Madeira (UMa) encerra e dar-se origem à criação de empresas que funcionem como fornecedores especializados dos prestadores de cuidados de saúde e bem-estar, fortalecendo-se a lógica de clusterização.

Deve aproveitar-se a elevadíssima especialização da economia da RAM na atividade turística para apostar afincadamente em nichos do Turismo de Saúde, nomeadamente na componente de Bem-Estar que lhe está associada, a qual sai valorizada, entre outras, pelas condições naturais do arquipélago.

A insularidade da RAM sugere, ainda, uma aposta firme na utilização generalizada e integrada de tecnologias digitais, fazendo emergir a Saúde Digital, que melhorará significativamente o acesso da população a cuidados de saúde e que contribuirá para ganhos de eficiência na prestação desses cuidados, para além de se vir traduzir em aumento de comodidade por parte dos pacientes e dos seus eventuais cuidadores.

5 Governação, Monitorização e Avaliação

5.1 Modelo de Governação

A concretização da Estratégia de Especialização Inteligente deve ser assegurada por uma estrutura de governação e a sua conceção deve assentar em princípios-base, nomeadamente:

- Garantir o envolvimento e a participação dos vários agentes da região, com base no modelo da quádrupla hélice, impulsionador do processo de descoberta empreendedora;
- Garantir a “liderança colaborativa”, implicando um processo de decisão suficientemente flexível que permita a cada ator envolvido a possibilidade de desempenhar um papel pró-ativo, assumindo a liderança em certos projetos ou temas, de acordo com as suas competências e com o seu conhecimento; e
- Evitar a multiplicação de órgãos, que tendem a aumentar os custos de transação das políticas, reduzindo a sua eficácia e eficiência.

Assim, o Modelo de Governação da EREI 2021-2027 tem os seguintes órgãos:

- Conselho Regional de Inovação;
- Comissão Executiva (Unidade de Missão);
- Conselho Consultivo;
- Plataformas Regionais de Especialização Inteligente.

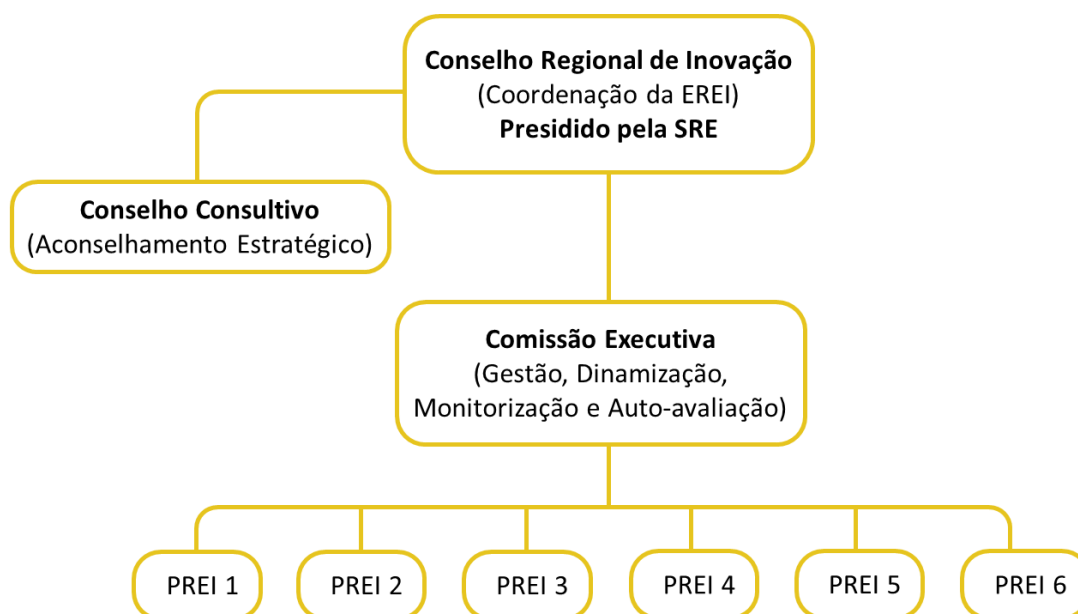
O Conselho Regional de Inovação é a entidade coordenadora da EREI, competindo-lhe discutir e propor as grandes linhas de implementação da mesma. No âmbito das suas competências, o Conselho Regional de Inovação supervisiona a implementação da EREI, aprecia e aprova as recomendações e propostas de linhas de ação das plataformas regionais de especialização, promovendo a coordenação de ações e a articulação com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais pertinentes. O Conselho Regional de Inovação passa a ser presidido pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia.

A fim de assegurar uma gestão corrente eficaz, Presidência do Conselho Regional de Inovação tem uma equipa permanente afeta à EREI, constituindo-se uma Unidade de Missão com o cariz de Comissão Executiva. Para além da gestão corrente, esta Comissão Executiva terá como funções a dinamização da implementação da EREI, nomeadamente articulando a sua atividade com as das diferentes Plataformas Regionais de Especialização Inteligente. A Comissão Executiva é igualmente a instância adequada para a monitorização da implementação da EREI, produzindo relatórios anuais de monitorização e com uma componente de auto-avaliação, submetendo-os à apreciação do Conselho Regional de Inovação.

O Modelo de Governação mantém como componente da maior relevância as Plataformas Regionais de Especialização Inteligente, uma por domínio prioritário, competindo-lhes acompanhar de forma permanente a implementação da estratégia no respetivo domínio, interagir com a Comissão Executiva em termos de sugestões e recomendações quanto às ações necessárias e, sobretudo, dinamizar em permanência o processo de descoberta empreendedora.

O Conselho Consultivo na sua função de órgão de natureza consultiva, pronuncia-se sobre a implementação da EREI na globalidade e/ou em aspetos particulares, sempre que a isso for chamado pelo Conselho Regional de Inovação. Em particular, deverá apreciar os relatórios de monitorização, sendo assim uma primeira instância de avaliação externa. A sua composição permanecerá centrada num conjunto de personalidades de reconhecido mérito técnico, científico ou empresarial nos diferentes domínios temáticos de especialização, sendo desejável mobilizar peritos exteriores à RAM, mas podendo igualmente integrar peritos da Região.

Figura 5.1: Estrutura do Modelo de Governação da EREI 2021-2027



5.2 Sistema de Monitorização e Avaliação

A EREI 2021-2027 da RAM ambiciona ter um modelo de monitorização e avaliação melhorado, tendo em conta o modelo de governação.

Assim, a Comissão Executiva, na dependência direta do Conselho Regional de Inovação, mas mantendo um funcionamento regular com cariz de equipa de gestão, será a principal estrutura responsável pelo processo de monitorização e de autoavaliação. Este órgão estará incumbido, dentre outras tarefas, da recolha de informação que permita a medição e o seguimento dos indicadores, bem como da análise do cumprimento dos objetivos e metas propostas (especialmente no âmbito dos indicadores de realização). Deverá produzir relatórios de monitorização periódicos (anuais), relativos ao seguimento das ações propostas, do seu grau de execução e dos resultados alcançados. Além disso, estes relatórios deverão apresentar eventuais problemas, dificuldades e desafios na consecução dos resultados, podendo ainda indicar eventuais medidas corretivas (em termos de indicadores, ações ou mesmo de estratégia), que serão apreciadas pelo Conselho Regional de Inovação e pelo Conselho Consultivo.

As funções e composição do Conselho Consultivo garantem uma primeira instância de avaliação externa independente. Esta dimensão da avaliação ganharia em ser completada e harmonizada a nível nacional, independentemente da gestão de cada EREI decidir recorrer a entidades externas para avaliações mais globais ou sobre dimensões mais específicas.